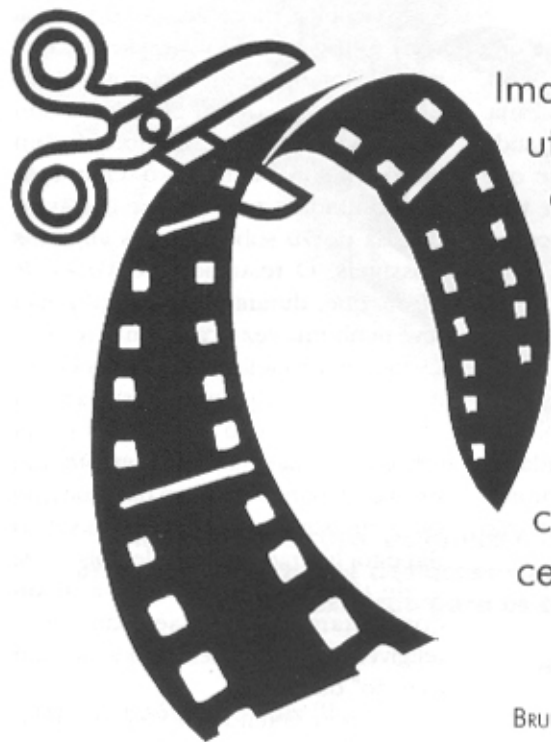


QUANDO A CENSURA ESCURECEU AS TELAS



Imagine uma geração cheia de sonhos e utopias, acreditando que o Brasil mudaria de um dia para o outro, tornando-se o mais belo lugar do mundo. De repente, o país é dominado por militares que usavam a ameaça da cadeia como o principal argumento contra os seus opositores. Era o ano de 1964, e a censura se preparava para entrar em cena...

BRUNA MILET PEREIRA, MARIANA PIEROTTI, MIRNA FERRAZ E PEDRO PALMEIRO

Em todas as áreas da cultura houve proibições – literatura, teatro, música... O cinema, é claro, não ficou de fora.

Censura, substantivo abstrato, porém concreto na prática, fez com que muitos roteiros fossem engavetados nos anos 60 e 70, deixando diversos aspirantes a cineastas no meio do caminho. A censura prévia, instalada no País em 1970, no governo Médici, foi um dos mais brutais atentados cometidos contra a liberdade de expressão.

A fase de negociação

Mas houve quem resistisse, dando rumo ao cinema brasileiro através de reuniões com censores, estabelecendo diálogos e imagens, enfrentando um esquema altamente burocrático.

Assim, o Cinema Novo sobreviveu, desfazendo equívocos e negociando com a censura. Um dos carros-chefe do movimento, *O Desafio*, de Paulo César Saraceni, foi exibido em 1965 (um ano depois do golpe militar)

na Semana do Cinema Brasileiro em Brasília (que se transformaria depois no Festival de Cinema de Brasília). A platéia foi obrigada a permanecer em total silêncio, pois qualquer manifestação do público seria motivo para a interrupção da projeção.

O filme abordava os dramas de um intelectual de esquerda em crise, após o golpe, e suas complicadas relações com uma mulher burguesa. A película, sem dúvida, causou forte impacto na década de 60, tornando-se o registro de uma época, de um sentimento, de uma reviravolta na vida do Brasil e do seu cinema. *O Desafio* foi exibido mediante uma autorização especial obtida da Censura Federal, que havia proibido sua veiculação.

Nesta época, na maioria dos gabinetes de Brasília, os filmes desta nova safra eram considerados "incômodos", para não dizer "provocativos", carentes da mensagem positiva que o novo regime gostaria de promover no plano internacional, quando os filmes eram exibidos em festivais no exterior.

Uma história antiga

Mas a censura no Brasil data de muito antes. No início do século, os padres salesianos de São Paulo assistiam e cortavam os trechos que julgavam inconvenientes dos filmes que eram exibidos em seus colégios. Nessa época, a censura tinha um enfoque mais moral, ligado aos costumes.

Oficialmente, a censura no cinema brasileiro surgiu na década de 30. Quem assistiu a *Baile Perfumado*, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, deve-se lembrar das cenas em preto-e-branco que pontuam a narrativa, mostrando imagens do verdadeiro Lampião. Pois bem: aquele material não agradou em nada o governo do então presidente Getúlio Vargas, já que o Estado Novo esperava cenas de violência – para usar como contra-propaganda. O filme foi, então, apreendido e assim se consolida o primeiro caso oficial de censura no cinema brasileiro (quase 30 anos depois, essas imagens foram recuperadas pelo cineasta Paulo Gil

Soares, resultando num documentário chamado *Memórias do Canção*.

A censura se aprimora

Entre 64 e 68 a censura era realizada de forma grotesca, por agentes da Polícia Federal, da mesma forma que durante o Estado Novo. Em 68, porém, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), ela passou a ser mais "refinada", privilegiando o aspecto ideológico.

Desde então, a censura passou a ser mais eficaz: todos os filmes tinham que ter autorização para serem exibidos. Seu "certificado" era a primeira coisa que se via na tela quando se ia ao cinema. A ação da censura também se tornou mais específica. Poucos filmes foram inteiramente proibidos, mas várias cenas foram cortadas, especialmente as que tinham alguma referência a movimentos políticos de oposição.

Desde o golpe de 64 se travava uma luta de bastidores no Brasil. Apesar de a direita enfeixar o poder político, apoiada na força das armas e de uma parcela da opinião pública, o fato é que, no plano cultural e artístico, a situação era bem diversa. Atores, jornalistas, escritores e formadores de opinião se colocavam, de uma maneira geral, em franca oposição ao novo regime. Havia uma onda de inconformismo, alimentada, de um lado, pela truculência e perseguição empreendidas pelos novos detentores do poder, e, de outro, pelas idéias de transformação social inspiradas em experiências que ocorriam em diversas partes do mundo, como no caso de Cuba.

Especificamente sobre o cinema brasileiro, a situação era particularmente contrariada. Vários filmes tinham sido produzidos com financiamentos de "revolucionários de primeira hora", caso do governador Carlos Lacerda (através do CAIC, órgão do Estado da Guanabara voltado ao fomento da produção cinematográfica) e Magalhães Pinto, governador de Minas, "o general civil da revolução", via Banco Nacional de Minas Gerais, sob o controle de sua família.

De castigo

O que dizer de um filme que fica nove anos retido pela censura? É o caso de *Prata Palomares*, dirigido por André Faria e estrelado por Ítala Nandi e

Renato Borghi. O enredo gira em torno de dois militantes de esquerda, escondidos em uma igreja enquanto esperam novas ordens, que acabam se envolvendo com uma mulher que deseja ter um filho. A história não agradou em nada aos censores, pois, além de polemizar politicamente, mexia com a moral e os costumes da época.

Prata Palomares foi o filme que ficou mais tempo "censurado" no Brasil, prejudicando a carreira de André Faria. Frustrado, o diretor, que havia investido recursos próprios no filme, teve que arcar com as dívidas sem ter tido qualquer forma de retorno financeiro.

"São Bernardo", de Leon Hirszman, por pouco não teve quatro de suas seqüências cortadas - entre elas um diálogo sobre o Partido Comunista e um trecho em que um empregado é agredido fisicamente pelo seu patrão. O diretor não admitiu as "tesouradas" e só escapou de ter o filme proibido devido à repercussão de sua premiação em Cannes.

A censura prévia foi um dos mais brutais atentados cometidos contra a liberdade de expressão

Outro filme que escapou da censura foi *Pra frente Brasil*, de Roberto Farias. Em 1982, levou o prêmio de melhor filme no Festival de Gramado, mas quase destruiu a estrutura deste festival. *Pra frente Brasil* fora produzido pela Embrafilme, uma empresa estatal, e questionava as ações do regime militar. O fato de Roberto Farias ter presidido a Embrafilme de 1974 a 1978 complicou ainda mais a situação. Suspense político, na linha das realizações de Constantin Costa-Gavras, o filme se consagrou em meio a competidores do porte de *Luz Del Fuego*, de David Neves, *Asa Branca* e *Um Sonho Brasileiro*, de Djalma Limongi Batista, entre outros.

A hora e a vez do medo

Roberto Santos, diretor de *A Hora e a Vez de Augusto Matraga*, também passou pelos "rituais" da censura, que se dava da seguinte maneira: a projeção

era feita para os censores, que se acomodavam numa cadeira com campainha, que servia para registrar o momento em que identificavam algum "problema". O som saía na cabine do projetor, e o diretor ou seu representante ficava sabendo na hora qual era a cena que deveria ser cortada.

No início da década de 70, o Brasil vivia a fase mais violenta da ditadura militar. Roberto era então professor da ECA-USP e resolveu coordenar um trabalho coletivo. Dez diretores fariam episódios sobre o medo - o sentimento mais difundido no país, que iniciava a década de 70 sob os piores augúrios possíveis. O resultado foi *Vozes do Medo*, que, durante sua projeção, não teve nenhuma vez a campainha tocada. O que foi uma felicidade para Roberto. A explicação: "aquilo" não estava sob a alçada deles, e o filme lhes tinha "fundido a cuca", sendo, portanto, um problema para o ministro da Educação ou o ministro da Justiça. Conclusão: o filme foi liberado depois de dois anos, e, de tão cortado que estava, ficou completamente sem sentido, ininteligível, passando a ser considerado um "aleijão" da censura.

Como entender o raciocínio daquela censura, que se justificava com textos obscuros, truncados, refletindo a confusão que se instalava nela? O formulário padrão preenchido sobre cada filme que passava pela censura contém algumas observações reveladoras no caso de *As Vozes do Medo*. O resumo do filme chega a ser hilário: "procura de forma geral e de maneira simbólica caracterizar o MEDO como exercendo e influenciando sobre a ansiedade das pessoas, quer em grupo ou isoladamente, quando se deparam com problemas de ansiedade (...). À exceção da parte onde deverá ser efetuado um corte, os conceitos e problemas emitidos ou abordados são universais e de forma nenhuma poderá recair como tipicamente nacionais..." No item "e" do relatório, quesito mensagem, está escrito "subjéctiva mas que, até certo ponto, consegue despertar no espectador o sentimento de revolta ante aos temas abordados". Item "f", "impressão última": "complexa, procurando analisar o condicionamento do homem ao se deparar com a fome, o sexo, desemprego, violência, homossexualismo". Item "g", "valor educativo": "nenhum."



"Piá", episódio de *Vozes do Medo* dirigido por Roberto Santos.

Uma das táticas usadas contra a censura era subornar os operadores para que desfocassem certas imagens durante a exibição para os censores

Uma história de família

Outro fato curioso é o que envolve um dos episódios do filme, intitulado *A Santa Ceia*, censurado na íntegra. Para solucionar o impasse criado pelo filme, uma nova sessão foi programada contando com três espectadores ilustres: os ministros Jarbas Passarinho (Educação), Alfredo Buzaid (Justiça) e Delfim Netto (Planejamento). Este último considerou o filme bobo, autorizando a sua veiculação. Jarbas Passarinho considerou a hipótese de alguns cortes. Porém, o ministro da Justiça permaneceu irredutível: o filme estava interdito e pronto.

Algum tempo depois, todo o material relacionado com *Vozes do Medo* foi apreendido pela Polícia Federal na Lynx Filmes, em São Paulo, inclusive os negativos do episódio *A Santa Ceia*, que teriam sido destruídos. Segundo informações colhidas na época, o ministro Buzaid acreditava ter algum grampo ou escuta em sua residência, porque os diálogos de *A Santa Ceia*, em que uma família se digladiava num jantar, seriam muito próximos a fatos ocorridos em sua própria casa, o que sugerira a ele,

ministro, que seu lar poderia estar com uma escuta clandestina. Sua filha viu o filme e não achou nada demais no episódio, assim como as poucas pessoas que tiveram a oportunidade de vê-lo na íntegra.

Assim como nesse caso, várias vezes a censura foi arbitrária, partindo de questões pessoais de censores nem sempre bem preparados para exercer tal função. *Bebel*, *Garota Propaganda* teve sua exibição pública quase interrompida no Festival de Brasília de 67 por políticos - desinformados ou inseguros - apoiados pela Mesa da Câmara, porque uma cena secundária mostrava um deputado levando uns "sopapos". Essa manifestação insólita deixou evidente que a censura era o problema que mais afligia o cinema nacional naquele momento.

Antes do público, os censores

Na grande maioria dos casos, a censura era prévia. Assistia-se aos filmes, as ressalvas (cortes) eram feitas e, só depois de aprovados, podiam ser exibidos. No entanto, algumas vezes a censura se manifestou depois de os filmes terem entrado em cartaz. Em 69,

foi publicada nos principais jornais do país uma lista com 11 filmes, brasileiros e estrangeiros, que estavam sendo exibidos e que passaram a ser proibidos. Esse fato costuma ser atribuído ao endurecimento da censura e à correção de "erros" cometidos pelos censores.

Com a sofisticação dos mecanismos de censura, houve também uma tentativa mais organizada de evitá-la. Um bom exemplo disto era a empresa Cinema Novo Promoções, que fazia a divulgação de filmes no Brasil. Como forma de preservar os filmes que divulgava, a empresa se encarregava de obter autorizações da censura. Para isso, era comum subornar os operadores para distorcerem o som ou desfocar as imagens consideradas "impróprias" durante a exibição para os censores. Outra tática era subornar os próprios censores, inclusive com favores sexuais de jovens especialmente contratadas para levarem os filmes até eles.

A desonestidade não era exclusividade dos censores de baixo escalão. O poderoso diretor da Censura Federal em Brasília, com amplos poderes para decidir sobre a "carreira" de um filme, um livro ou uma peça de teatro, foi denunciado pelo INC por mentir a respeito da metragem de filmes, em conluio com as distribuidoras, que pagavam taxas ao Instituto em função justamente da metragem dos filmes. A denúncia levou ao afastamento de Romero Lago do posto principal da Censura Federal.

Mas o melhor viria depois, através de uma reportagem na revista *Realidade*, que pesquisou a vida do alto funcionário e descobriu que ele era um assassino foragido do Rio Grande do Sul que havia fugido para o Paraguai, forjado nova identidade e, a partir daí, organizado outra vida. Era esse homem quem censurava os filmes! Era ele quem resolvia, em última análise, o que o povo brasileiro podia ou não podia ver, ler, escutar...

A censura, nos tempos neoliberais e globalizantes de hoje, parece até um assunto fora de moda. Mas, enquanto reinou, deixou marcas difíceis de serem apagadas. Muitos personagens que foram coniventes com tal atentado contra a cultura e a democracia ainda estão por aí, alguns até bem próximos do poder, como se nada tivesse acontecido. ✻